

# Quilombolas, japoneses e o “macaco” Jupará em roças de quase tudo no Sul da Bahia, Brasil

## Quilombos, Japanese, and the Kinkajou “monkey” in polyculture farms of the south of Bahia, Brazil



Eduardo M. Guimarães<sup>1\*</sup>

**Resumo** Neste artigo, reflete-se sobre os sistemas de policultivo existentes no Baixo Sul da Bahia, tendo em vista a sua importância na sustentabilidade da agricultura e, sobretudo, na sua vinculação com processos identitários. Na região, a principal atividade econômica é a agricultura, desenvolvida em pequenas áreas denominadas roças, onde predominam cultivos extremamente diversificados. O objetivo principal do estudo é descrever este modelo agrícola — conhecido como “plantar misturado” — desenvolvido por indígenas, escravizados fugitivos de grandes plantações e seus descendentes na região denominada Empata Viagem (Baixo Sul da Bahia, Brasil). Nos marcos do processo de modernização da agricultura, concebido para superação do *atraso* do meio rural, uma verdadeira *amnésia histórica* torna invisíveis esses sistemas agrícolas. Nas pesquisas agrônomicas, *agricultores japoneses* sintetizam o novo, o inesperado e, mesmo, o inusitado, pois embora

**Abstract** This article reflects upon the polyculture systems in the Brazilian region of the Southern Lowlands of Bahia, known as “Baixo Sul da Bahia”, considering its importance in the sustainability of agriculture and, above all, in its connection with the identity processes. The main economic activity in the region is the agriculture developed in small areas called *roças*, with a large diversity of crops. The main aim of the study is to describe this agricultural model known as “mixed planting” developed by indigenous people, enslaved fugitives from large plantations, and their descendants in the region known as *Empata Viagem* (Southern Bahia Lowlands region, Brazil). Within the framework of the modernization process of agriculture, designed to overcome the *backwardness* of the countryside, a genuine *historical amnesia* makes these agricultural systems invisible. In agronomic research, Japanese

<sup>1</sup> Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial (CAECDT).

\* Autor correspondente/Corresponding author: eaguimaraes@uneb.br

tenham chegado à região em meados do século XX se destacam como “inventores” dos sistemas de policultivo. O epílogo da epopeia fica a cargo do Jupará, animal, supostamente, responsável pelo plantio das primeiras roças de cacau do Sul da Bahia.

**Palavras-Chave:** Quilombolas; cacau; migrantes japoneses.

farmers synthesize the new and even the unusual because, although they arrived in the region in the mid-20<sup>th</sup> century, they stand out as “inventors” of polyculture systems. The epilogue of this epic story is the “hands” of the Kinkajou, an animal supposedly responsible for planting the first cocoa plantations.

**Keywords:** Quilombolas; coccoa; Japanese immigrants.

## Introdução

As bases das ideias que permitiram a construção desse artigo estão na etnografia que realizei nas comunidades remanescentes de Quilombos da Região de Empata Viagem,<sup>1</sup> entre os anos 2014 e 2016 e na pesquisa realizada na base de dados do Scielo,<sup>2</sup> no ano de 2014, sobre tecnologias agrícolas e Agricultura Familiar no Baixo Sul da Bahia. Os quilombos

de Empata Viagem estão localizados na porção continental do Município de Marau e estrategicamente situados entre as grandes plantações de cacau da Região Cacaueira da Bahia e o Baixo Sul, região de maior diversidade agrícola do Estado (Matos e Uzêda, s.d). Empata Viagem é um grande quilombo reconhecido pela Fundação Cultural Palmares que reúne seis “pequenos Quilombos”: Baixa Funda, Pé de Serra, Domingo Branco, Macadâmia, Rua da Palha e Empata Viagem, habitados, sobretudo, por descendentes da “Velha Honória”, mulher negra, escravizada em roças de mandioca e engenhos de farinha.<sup>3</sup> O trabalho de campo e o diálogo com a bibliografia levantada, em especial os trabalhos no campo da

<sup>1</sup> A utilização do termo quilombo Quilombo remonta ao século XVIII. De acordo com Schmitt et al. (2002: 2) o Conselho Ultramarino, reportando-se ao Rei de Portugal, valeu-se da seguinte definição de quilombo: «toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele». A partir da Constituição de 1988, o termo passou a designar grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica.

<sup>2</sup> Scientific Electronic Library Online, biblioteca eletrônica de periódicos científicos brasileiros.

<sup>3</sup> A AQREV, Associação dos Quilombos da Região do Empata Viagem é a associação que representa a comunidade. O Empata Viagem foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2006, o processo de regularização do território foi iniciado no ano de 2011 e ainda não foi concluído.

ecologia histórica de Willian Balée e da etnobotânica de Darrel Posey, deram suporte às reflexões sobre o “plantar misturado”, modelo agrícola predominante nas pequenas roças do Baixo Sul e nos quilombos da região de Empata Viagem.

A predominância de terras mais altas, distantes dos grandes rios; solos com baixa fertilidade, em função de limitações físicas e químicas (Fernandes et al., 2009) e o relevo acidentado mantiveram o território de Empata Viagem e praticamente todo o Baixo Sul, por muito tempo, fora do interesse dos grandes cacauicultores. No entanto, a localização espacial do Empata Viagem, a meio caminho entre os portos da baía de Camamu — localizados no extremo sul do Baixo Sul — e as grandes plantações de cacau, localizadas na área de influência do Vale do Rio de Contas, são fatores explicativos importantes das relações do quilombo com a cultura do cacau. E se essa referência é “indispensável” é, também, porque o cacau está na origem do Empata Viagem.

De acordo com os depoimentos tomados na pesquisa de campo, entre os primeiros habitantes do lugar encontravam-se indígenas e africanos escravizados fugitivos de grandes plantações de mandioca e engenhos de farinha, e fugitivos das plantações de cacau que se estendiam pelo Vale do Rio de Contas. É preciso estar atento ao contexto, pois a ocupação da região ocorreu em conexão com as pressões da empresa colonial portuguesa em busca de terras, nas

proximidades da Barra do Rio de Contas, apropriadas à expansão da produção de mandioca, utilizada na produção de farinha, destinada ao abastecimento do mercado interno, exportação e, sobretudo, ao tráfico atlântico, tanto como alimento de homens e mulheres que viajavam como mercadorias amontoados em navios negreiros, quanto no escambo, ao compor uma cesta de mercadorias trocadas em África por escravizados e por outras mercadorias importantes ao tráfico.

As famílias quilombolas, detentoras de tecnologias agrícolas ancestrais de cultivo em ambiente florestal, em interação com o rico acervo de diversidade biológica do lugar, cultivaram o cacau em suas roças “misturado” com «as coisas nativas que não se planta e que só se desfruta e as coisas praticamente nativas que também se planta», utilizando as palavras de uma liderança do Empata Viagem (Guimarães, 2017: 143). Aliás, foi essa via privilegiada que também delineou o processo de ocupação do Baixo Sul da Bahia — região que abriga o maior número de comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares no Estado — pelas comunidades negras rurais. Por fim, a localização estratégica do território tornou o Empata Viagem rota importante de tropeiros que transportavam o cacau produzido no Vale do Rio de Contas em direção aos portos exportadores e abasteciam as fazendas do interior com cargas de toda natureza.

Há ainda uma dimensão do cultivo do cacau com a qual a temática central deste artigo dialoga: o respeito às exigências edafoclimáticas do cacauero. Encontra-se na tradição oral, tanto do Empata Viagem, quanto do Baixo Sul, um princípio que pode ser considerado fundante da cultura do cacau: «o cacau era, assim, lugares, boqueirão, roça de córrego».<sup>4</sup> Pois bem, ao mesmo tempo em que o cacau era uma cultura de menor relevância em decorrência das limitações de solo, predominavam em Empata Viagem e em todo Baixo Sul, no período anterior à abolição da escravidão, cultivos de mandioca e grandes engenhos de farinha movidos à força hidráulica, nem mais e nem menos brutais do que os engenhos de açúcar do Recôncavo Baiano, ou mesmo que as grandes plantações de cacau do sul.

Foi somente entre os anos 1960 e 1970 que as roças de mandioca começaram a ceder espaço à cultura do cacau, sobretudo, em decorrência das conquistas tecnológicas do CEPEC,<sup>5</sup> centro de pesquisas vinculado à CEPLAC<sup>6</sup> e dos programas governamentais de expansão da cultura do cacau, em especial, do Plano de Diretrizes para a Expansão da Cacaucultura Nacional (PROCACAU),<sup>7</sup> criado no ano

de 1974 e financiado com recursos do Governo Federal (Rosário et al., 1978: 41). E o que acontecia no CEPEC, com o desenvolvimento de novas tecnologias, e nas instituições de crédito, com o financiamento aos cacaucultores, inclusive para regularização fundiária das propriedades, impactava diretamente em Empata Viagem. Concretamente, nos anos 1960, iniciou-se a titulação das terras do lugar: grandes e médios produtores de cacau avançaram sobre terras devolutas ocupadas, sobretudo, por descendentes dos últimos dos africanos escravizados, libertos, colocando na ordem do dia aquilo que José de Souza Martins denomina de cativoiro da terra, «num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa» (2013: 47).

A partir dos anos 1970, as novas tecnologias agrícolas desenvolvidas pelo CEPEC e os empréstimos do PROCACAU impulsionaram o novo modelo agrícola, alicerçado na Revolução Verde,<sup>8</sup> no qual o cacau passou a ser cultivado em todo lugar e, até mesmo, em qualquer lugar. Motivadas pelos êxitos alcançados pelos pesquisadores do CEPEC, grandes empresas agrícolas, beneficiadas com créditos agrícolas subsidiados pelo Governo Federal,<sup>9</sup> adquiriram grandes glebas em “terras de mandioca” e assumiram a lide-

<sup>4</sup> Tradição oral recolhida na pesquisa de campo.

<sup>5</sup> CEPEC — Centro de Pesquisas do Cacau, criado em 1962.

<sup>6</sup> CEPLAC — Comissão do Plano Executivo da Lavoura Cacaueira. A CEPLAC foi criada em 1957 como órgão responsável por gerenciar as dívidas dos cacaucultores.

<sup>7</sup> PROCACAU — Programa criado no ano de 1974.

<sup>8</sup> Modelo de agricultura que chegou ao auge entre os anos 1960 e 1970 alicerçado em: melhoria genética, fertilizantes industriais e mecanização.

<sup>9</sup> Em uma conjuntura de inflação alta (de 70% a 80% ao ano), nos empréstimos não insidiam correção monetária do saldo devedor, os juros dos financiamentos variavam de 5% a 12% ao ano e

rança de uma “revolução” que produziu mudanças profundas na configuração da vida comunitária local ao fomentar a cobiça sobre os territórios e “ampliar” oportunidades de trabalho nas novas plantações, em particular, para pequenos agricultores privados de suas roças pela ação dessas mesmas empresas. Estava desenhado o novo modelo agrícola. Em síntese, as roças de cacau e mais nada. A expansão dos cultivos manteve-se estável até o final dos anos 1980 e só foi interrompida, em respeito à verdade, pela ação concomitante de quatro fatores: epidemia da Vassoura de Bruxa,<sup>10</sup> queda vertiginosa dos preços do cacau, falta de apoio governamental aos grandes produtores e, tardiamente, na primeira década dos anos 2000, políticas públicas governamentais que se sucederam à redemocratização, responsáveis pela melhora nas condições de vida da população rural e, conseqüentemente, pelo aumento dos custos com mão de obra.

Essa história de ascensão e queda do cacau suscita reflexões. Em primeiro lugar, não há como negar que o pacote tecnológico desenvolvido pelo CEPEC “enfeitiçou” a todos. Este foi o meio pelo qual ocorreu a introdução do cacauero nas “terras de mandioca”, no território dos quilombos do Empata Viagem, e,

possivelmente, não havia como ser diferente. Por um lado, com o cacauero “misturado” com o “quase tudo” nas roças onde prevalecia a ancestralidade africana e indígena. Por outro, com o cacauero em roças de quase nada nas grandes plantações criadas com forte apoio governamental, no âmbito da revolução verde. Nesse contexto, e refletindo sobre a importância da mandioca na cultura alimentar local, percebe-se que nas roças quilombolas os roçados de mandioca permaneceram distantes dos fertilizantes e agrotóxicos. Nessa perspectiva, há uma diferença abismal entre as roças quilombolas e as plantações de cacau das grandes empresas agrícolas. É nesse contexto que as famílias quilombolas reagem aos projetos de modernização do campo em pleno desenvolvimento.

### As roças de quase tudo, o cacau e o “plantar misturado”

Com essa ideia das roças de “quase tudo” em evidência, estamos prontos para aprofundar as análises sobre o ‘plantar misturado’ do Baixo Sul da Bahia. De facto, se essa referência inicial ao Empata Viagem é “indispensável”, é porque os pequenos quilombos do Empata Viagem não estão nem lá, nem cá, isto é, não estão efetivamente na Região Cacaueira, nem no Baixo Sul da Bahia: estão nos limites, nas fronteiras e, sobretudo, nos encontros. Predominam em Empata Viagem, como no Baixo Sul, pequenas proprie-

---

havia ainda um período grande de carência (Machado e Machado Filho, 2017: 56).

<sup>10</sup> Doença dos cacaueros provocada pelo fungo basidiomiceto *Moniliophthora perniciosa* <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Moniliophthora\\_perniciosa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Moniliophthora_perniciosa)>.

dades com menos de 10 hectares<sup>11</sup> que produzem quase tudo. De acordo com as pesquisadoras da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Eloina Matos e Mariella Uzêda, no Baixo Sul, «o tamanho das propriedades é muito reduzido e o aproveitamento do terreno é quase total [...], com sistemas produtivos muito diversificados voltados para a geração de renda e segurança alimentar» (Matos e Uzêda, s.d.: 1). Dados levantados pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, sobre a estrutura fundiária do Baixo Sul, mostram que embora cerca de 70% dos imóveis sejam menores que um módulo fiscal — o que representa pouco mais de 15% da área total do Território —, no outro extremo, a grande propriedade agrícola — um pouco mais de 1% do total — ocupa cerca de 30% da área total, revelando um quadro de extrema concentração fundiária (Fischer, 2007: 167).

Como em Empata Viagem, no Baixo Sul, o trabalho compulsório de indígenas e de africanos escravizados na cultura da mandioca e no processamento da farinha esteve no âmago da colonização. Do mesmo modo, com a abolição da escravidão, descendentes dos últimos escravizados e, inclusive, quilombolas, passaram a cultivar a mandioca e outras culturas de subsistência e o próprio cacau em “terras livres”<sup>12</sup> e a produzir farinha

em engenhos artesanais; comercializada, sobretudo, no mercado local. De maneira geral, a monocultura do cacau enfrentou barreiras no Baixo Sul e, também, no Empata Viagem, não obstante os interesses da metrópole. Por certo, desde o início do ciclo, no final dos anos 1600, o cacau e seus frutos que valem o ouro das *commodities*, esteve presente, mas de maneira muito tímida, em decorrência de limitações edafoclimáticas. Talvez por isso mesmo, territórios de ninguém, “nominalmente inabitados” e ocupados de “maneira não efetiva” (Balée, 2008), certamente por não estarem sujeitados à apropriação integral pela agricultura comercial de exportação.

Nesses territórios, desde os primeiros tempos da colonização, “planta-se misturado”. Dan Lobão, em sua tese de doutoramento, observa que já em meados do século XVII, exatamente no ano de 1665, ocorreu a «provável primeira tentativa de plantio do cacau [...] na comarca de Cairu» (Lobão, 2007: 4), pequeno município situado no Baixo Sul. Naquele final de século, a Coroa Portuguesa instituiu a figura do Juiz Conservador das Matas, na Comarca, com recomendações para que «por ocasião da exploração das madeiras de lei, o encarregado dessa atividade deveria incumbir-se do plantio, nas clareiras abertas na mata tropical, de algumas essências arbóreas, especiarias, fruteiras, inclusive o cacau» (Lobão, 2007: 5). É importante registrar que as atividades de corte, desbastamento e transporte da madeira para os portos eram executadas, naquele mo-

<sup>11</sup> Censo Agropecuário de 2006.

<sup>12</sup> Terras devolutas do Estado.

mento, sobretudo, por indígenas escravizados (Mott, 2010: 234), encarregados também pela recomposição das matas.

Seria enganoso não apontar aqui o protagonismo negro e indígena no modelo agrícola predominante no Baixo Sul, em Empata Viagem e, também, nas pequenas roças na Região Cacaueira da Bahia. A esse respeito há que fazer referência a forte presença negra na população do Baixo Sul — mais de 80% da população é preta ou parda segundo o censo de 2010 — e aos numerosos mocambos e quilombos existentes na região, «formados por negros fugidos da dominação escravista» (Olalde et al., 2006). De mais a mais, de acordo com o Plano de Desenvolvimento do Território Baixo Sul da Bahia do Ministério do Desenvolvimento Agrário, publicado no ano de 2010, o Território possui 101 comunidades quilombolas, sendo 67 reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares. Como se depreende, o «Baixo Sul poderia se dizer ser um território quilombola, possuindo comunidades remanescentes de quilombos em todos os seus municípios e cultura fortemente marcada por suas raízes africanas» (Plano de Desenvolvimento do Território Baixo Sul da Bahia, 2010: 107). O que se verifica, antes de tudo, é que onde existem quilombos eles estão localizados em espaços agrícolas marginais, geralmente com predominância de solos com baixa fertilidade natural e “planta-se misturado”, um artifício importante que garante a manutenção da produtividade da terra,

o enriquecimento da fauna e da flora, ganhos nas condições de habitabilidade do ambiente, bem como uma adaptação às condições ecológicas locais.

No contexto de territorialização das comunidades quilombolas, que engloba em si tecnologias agrícolas ancestrais, há uma abismal diferença entre o Território do Baixo Sul e o Litoral Sul da Bahia — região com as melhores terras para o cultivo do cacau — quando se observa o número de comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares nos dois territórios. De acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Litoral Sul (2010), em todo território existem 14 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, exatamente localizadas nas proximidades da Barra do Rio de Contas, sendo seis no município de Marau e oito no município de Itacaré, municípios que, de certa forma, não estão nem lá nem cá, ou seja, estão na linha de fronteira entre os dois territórios.

A inserção desse dado merece exame. Ele não resulta de puro acaso, mas de diferentes processos de ocupação territorial. Lembro aqui que a população do Sul da Bahia também é majoritariamente negra, quase 80% da população é preta ou parda, segundo o censo de 2010. No entanto, essencialmente inexistem quilombos e a população negra está dispersa no território, uma perfeita demonstração de um processo progressivo de fragmentação. Em um primeiro plano,

fragmentação de antigas comunidades negras no espaço: com famílias vivendo em pequenas posses que gravitam em torno de grandes fazendas de cacau, ou mesmo, em fundões dessas mesmas fazendas, testemunho do processo brutal de expansão dos cultivos. E em um segundo plano, a fragmentação física das famílias no território. Essa dispersão cria um estado de indeterminação, com gente espalhada pelo mundo, com gente trabalhando e vivendo em grandes fazendas na condição de trabalhadores da cultura do cacau e, sobretudo, na condição de parceria, na qual meeiros são obrigados a entregar 50% da produção ao fazendeiro, independente da baixa produtividade das roças e dos baixos preços pagos pelo cacau no mercado. Como pensar essa fragmentação? Ela dispersa a população negra. E a dispersa duas vezes: pela desintegração dos territórios e pelo espalhamento das famílias pelo mundo.

O ponto extremo das diferenças está, portanto, no cacau; já nos anos finais do século XIX, produto mais importante da pauta agrícola regional, uma espécie de objeto de desejo que concentra e intensifica a importância do ouro das *commodities*, um ouro que se destaca na performance monocultural à qual está irremediavelmente enredado. Mas, devemos ir além, factos que não autorizam afirmar que o Sul da Bahia não é também um “território quilombola”. É nesse panorama que se destaca o processo de desapropriação da Fazenda Cachoeira Bonita,

pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em meados dos anos 2000. A Fazenda, pertencente a um dos maiores fazendeiros da região, foi vistoriada pelos técnicos do órgão, desapropriada e entregue às famílias sem terra. Estranhamente, no laudo de vistoria do imóvel, não há registros da existência das mais de vinte famílias de posseiros que possuem a posse imemorial de roças localizadas nos fundões da fazenda; famílias que hoje reivindicam o direito de permanecer em suas terras. Sendo assim, no lugar dos territórios étnicos do passado, um turbilhão de famílias dispersas que buscam um *leitmotiv* para vencer a dispersão.

É essencial ainda que se diga que no Baixo Sul, mais do que em qualquer outro lugar, a CEPLAC atuou com enfoque na diversificação de culturas (Álvares-Afonso, 2011: 160). O que, de qualquer forma, não pode ser confundido com o “plantar misturado” da agricultura ancestral. É esse desvio que se observa na agricultura que se desenvolveu no Baixo Sul da Bahia. A diferença é que na diversificação, estimulada pela CEPLAC, prevalecem às conquistas tecnológicas da revolução verde. Há, em primeiro plano, uma perspectiva que, em linha reta, advoga a monocultura, seja de craveiros, seringueiras, dendezeiros, etc. Esse é essencialmente um projeto estratégico da agricultura comercial de exportação. O que faz a diferença é uma tentativa de diversificação de cultivos que atende às características de adapta-



bilidade das plantas e aos interesses do mercado. Assim, a lógica de atuação do órgão federal de apoio à cultura do cacau (CEPLAC) permaneceu a lógica da monocultura, das “culturas solteiras” do sistema convencional (Olalde, 2005:14). O que não surpreende, tendo em vista as dificuldades da Ciência Agrônômica que se intitula moderna com o “pensar misturado”, forte evidência de resquícios daquilo que Boaventura Sousa Santos chama de pensamento abissal presente na «monocultura da ciência moderna» (2007: 85).

Nos quilombos de Empata Viagem, a perspectiva monocultural encontra sua melhor expressão nas grandes monoculturas de cacau, localizadas no próprio território dos quilombos: na racionalização da gestão desses empreendimentos e na utilização intensiva das tecnologias agrícolas associadas ao pacote tecnológico da revolução verde. No âmago da monocultura estão as maiores ameaças. Primeiro, os procedimentos de “limpeza” do território: expulsão de famílias agricultoras de seus territórios ancestrais. Temos aqui uma fala que assinala a tensão que se instaurou na expansão dos cultivos: «É, meu filho, eu não tenho terra por que tá tudo fechado. Cacau tem muita culpa, mas a terra não tem culpa [...]. Um cara aqui chamado Cotó, um pai de família, um parente meu, mataram por que fizeram a medição, era posseiro e não saiu» (Guimarães, 2017: 530). Em seguida, a supressão da diversidade inerente à floresta tropical e necessária negação da sabedoria ancestral.

Mas se o Sul se consolidou como uma região agroexportadora, o Baixo Sul, acabou se destacando no cenário agrícola pela diversificação de cultivos e por uma produção voltada basicamente para o abastecimento do mercado interno, sendo a farinha de mandioca e o azeite de dendê os principais produtos agrícolas.

Nesse contexto, a crise iniciada no final dos anos 1980; em decorrência do ataque do fungo basidiomiceto *Monilophthora perniciosa* e da queda do preço internacional do cacau; possivelmente em decorrência da diversificação de cultivos, inclusive patrocinada pela própria CEPLAC, e do “plantar misturado”, não chegou a abalar os pilares da economia do Baixo Sul. Apesar dos efeitos negativos, não houve pânico, na medida em que a virulência do ataque foi muito menor e por razões óbvias: no Baixo Sul, o cacau não chegou a se constituir como pilar da economia regional. Sobretudo, nas pequenas e médias propriedades, o cacau sempre foi plantado “misturado” com Dendê, Cravo, Seringueira, Piaçava dentre outras culturas, juntamente com alimentos destinados ao autoconsumo e ao abastecimento alimentar das cidades. O resultado desse tipo de manejo agrícola não é apenas a diversidade de rendimentos das famílias. É também uma violação do princípio basilar da revolução verde: a monocultura. A biodiversidade presente no “plantar misturado”, inerente à floresta tropical, protegeu o cacau e as investidas do fungo causador da Vas-

soura de Bruxa. Por outro lado, a diversificação protegeu a economia do Baixo Sul da tormenta oriunda da grande crise da cultura do cacau.

Até agora, em minhas análises, tenho enfatizado a importância do “plantar misturado” para a sustentabilidade da agricultura que se desenvolveu no Baixo Sul. Mas não se pode olvidar uma questão de suma importância que coloca em risco essa sustentabilidade: o paradigma “desenvolvimentista” presente nas políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Trata-se de uma questão essencial na medida em que implica trocar um modo de vida camponês, que garante a sustentabilidade da vida, nas suas mais variadas formas, pela busca do lucro a qualquer preço. É o que pode ser percebido nas tentativas da Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia de introdução do eucalipto no Baixo Sul da Bahia, através do Programa Agricultor Florestal. Em reportagem publicada na edição de 23 de setembro de 2008 do *Diário Oficial da Bahia*, a Secretaria apresenta aos pequenos agricultores do Baixo Sul o eucalipto como uma cultura lucrativa capaz de gerar “emprego e renda” e anuncia a distribuição de mudas em comemoração ao dia da Árvore. A reportagem é paradigmática. Segundo a matéria: «Maria dos Santos, 69 anos, começou a plantar mandioca, feijão, milho, batata e jiló ainda na adolescência. Depois de 50 anos no campo, ela conseguiu criar os 12 filhos, produzindo na lavoura e vendendo na

feira livre.» No final da reportagem, Maria dos Santos, após receber as mudas de eucalipto doadas pela Secretaria, conclui: «Trabalhei a vida inteira com a enxada, plantando todo tipo de semente. Hoje conheci o eucalipto. Tomara que pegue lá na roça» (*Diário Oficial da Bahia*, 2008).

A reportagem do *Diário Oficial* é sobre o plantio de pequenas monoculturas de eucalipto em propriedades da Agricultura Familiar no Baixo Sul da Bahia. Um projeto auspicioso, sobretudo para a insaciável indústria de papel e celulose. Despreza-se tecnologias ancestrais de cultivo, a produção para o autoconsumo, a segurança alimentar das famílias agricultoras e o abastecimento e a segurança alimentar das cidades, para fomentar a implantação de monoculturas de eucalipto, ao fim e ao cabo, destinado ao abastecimento da indústria de papel e celulose para exportação. É esse desvio que se observa nas políticas governamentais voltadas à agricultura familiar na Bahia, possivelmente por pressão de grandes grupos econômicos. Nessa perspectiva, o ponto extremo do projeto monocultural pode tornar-se o ponto final do “plantar misturado” das tecnologias ancestrais. Evidentemente que Maria dos Santos pode até resistir e tentar plantar o eucalipto “misturado”, mas essa é uma alternativa que não está no horizonte da agricultura comercial de exportação.

## O Baixo Sul, o pensar misturado, o pioneirismo dos japoneses e as travessuras do macaco jupará

Não muito distante dos quilombos do Empata Viagem, nos pequenos municípios do Baixo Sul da Bahia, especificamente Valença, Ituberá, Nilo Peçanha e Taperoá, as comunidades quilombolas são, digamos assim, deixadas de lado pelas pesquisas agronômicas convencionais, e imigrantes japoneses e seus descendentes “roubam a cena” como “novidades teóricas” nos trabalhos científicos sobre os sistemas de policultivo da agricultura familiar. Nas pesquisas, agricultores japoneses sintetizam o novo, o inesperado e, mesmo, o inusitado, pois embora tenham chegado à região em meados do século XX, aparecem, de forma surpreendente, como “inventores” dos sistemas de policultivo — “plantar misturado” —, principal característica da agricultura regional (Matos e Uzêda, s.d.; Olalde, 2005; Olalde et al., 2006; Santos et al., 2006; Silva et al., 2009).

Olalde et al. (2006), por exemplo, em trabalho apresentado ao VII *Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural*, caracterizam o Baixo Sul como uma região essencialmente policultora. No trabalho, as pesquisadoras utilizam dados da “História Oral” das comunidades e realizam um levantamento dos processos de implantação dos Sistemas Agroflorestais entre agricultores do Projeto Onça, no município de Taperoá, concluindo que

«foi com os japoneses que as comunidades aprenderam a plantar “misturado”» (2006: 18). De acordo com as autoras, essa é a realidade no âmbito das diversas culturas introduzidas na região, em meio às quais os Japoneses acabam sendo os atores principais,

Há 20 anos, os japoneses começaram o cultivo de pimenta-jamaica. O mesmo aconteceu com o cupuaçu. Foi introduzido pelos japoneses há 20 anos, porém apenas eles cultivavam. Começou a vender as mudas há apenas dez anos. (Olalde et al., 2006)

O que mais chama atenção em tais pesquisas é a persistência de uma perspectiva epistemológica “monocultural” que impede a emergência de outras formas de saber. Não raramente, pesquisadores e pesquisadoras confundem diversificação agrícola com sistemas de policultivo, apresentam cultivos em consórcio como exemplos do “plantar misturado” e, sobretudo, negam o protagonismo de indígenas e africanos escravizados e seus descendentes na criação e desenvolvimento do “plantar misturado”, em uma manifestação clara de epistemiocídio — negação e destruição de formas de saber local e de visões multifacetadas de mundo por elas protagonizadas (Santos, 2009). É possível, ainda, perceber nas pesquisas lacunas em evidências empíricas claras e, inclusive, distanciamento das bases documentais da historiografia regional.

A atribuição da introdução do cupuaçu na região aos japoneses é exemplar. Começo por lembrar que, de acordo com Edivânia Sousa Vieira (2007), o cupuaçu foi introduzido na Bahia no ano de 1930 na estação experimental de Água Preta,<sup>13</sup> em Uruçuca. No entanto, em decorrência da expansão da cultura do cacau, não despertou naquele momento grande interesse dos produtores rurais do Sul da Bahia. De acordo com Vieira (2007), o cupuaçu passou a ser cultivado no Baixo Sul no início dos anos 1970 — há cerca de 40 anos —, coincidência ou não, no mesmo período em que foram criados escritórios locais da CEPLAC em Valença, Camamu, Ituberá e Taperoá. Desde os primeiros anos da década de 1980, no período de safra, entre os meses de março e agosto, cabaças de cupuaçu são comercializados nas feiras livres — por pequenos agricultores e agricultoras familiares da região — e a polpa, processada artesanalmente (tesourada),<sup>14</sup> comercializada congelada durante praticamente todo o ano por descendentes de japoneses em suas residências nas cidades de Taperoá, Nilo Peçanha e Ituberá.

Nesse quadro, não há como ignorar os “vínculos urbanos” dos japoneses e a importância do acesso à tecnologia (comercializam a polpa do cupuaçu congelada em suas residências), bem como as facilidades maiores no acesso ao cré-

dito e à assistência técnica em relação aos agricultores e agricultoras familiares “aquilombados” nas “terras de preto”, em regiões de topografia acidentada e de difícil acesso (Anjos, 2004: 91), que acessam os centros urbanos basicamente nos finais de semana, nos dias de feira. Assim, diante da ciência agrônômica que se intitula moderna, os pesquisadores, mesmo reconhecendo a importância dos sistemas de policultivo, como «alternativa para a agricultura familiar da região úmida da Bahia» (Matos e Uzêda, s.d.: 1), “cruzam os braços” diante de tecnologias agrícolas que possibilitam o “cultivo misturado”, ou mesmo diante de agricultores e agricultoras que conseguem planejar suas roças “misturado” e que dominam as tecnologias associadas à agricultura de coivara e, principalmente, ao cultivo no sub-bosque da Floresta, espaço das florestas secundárias — matas jovens — com vegetação densa, que se contrapõe às florestas primárias, nas quais «a vida se mudou para o andar superior» (Kiuch e Shireman, 2003: 25).

Pois bem, os agricultores japoneses e seus descendentes acabaram se consolidando como objeto de estudo preferencial no âmbito da temática da Agricultura Familiar no Baixo Sul. Não é por acaso que as investigadoras da Embrapa<sup>15</sup>, em pesquisa realizada entre os anos de 2004 e 2005, com agricultores familiares, identificaram um sistema de produção agroflorestal — denominado

<sup>13</sup> Estação experimental pertencente ao Instituto do Cacau da Bahia — ICB.

<sup>14</sup> Ainda é comum despolpar o cupuaçu manualmente com auxílio da tesoura.

<sup>15</sup> Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

"Salada" pelos próprios agricultores — que deveria ser incentivado pelo poder público como «alternativa para a agricultura familiar da região úmida da Bahia» (Matos e Uzêda, s.d.). As autoras atribuíram o sistema à "influência de agricultores japoneses", responsáveis diretos pela diversificação agrícola regional,

Possivelmente por ser uma região marginal à região cacauieira, pela baixa fertilidade química dos solos, pela grande inclinação dos terrenos, pela falta de infraestrutura, pelo tamanho reduzido das propriedades e pela influência de agricultores japoneses, a agricultura familiar do Baixo Sul da Bahia desenvolveu por iniciativa própria uma grande diversificação agrícola. (Matos e Uzêda, s.d.)

Estranhamente, portanto, os japoneses acabaram sendo identificados como os criadores dos sistemas de policultivo, não obstante terem encontrado o "plantar misturado" em pleno funcionamento quando chegaram à região, entre os anos 1950 e 1970 (Jesus, 2013) e, ainda mais importante, não obstante a pouca familiaridade das famílias japonesas com a prática da agricultura no ambiente tropical e, no mais das vezes, com a própria agricultura (Jesus, 2015: 91). Segundo Silva et al. (2009), os imigrantes japoneses teriam inclusive orientado os agricultores locais na lida com os plantios "misturados".

De forma simétrica, Santos et al. (2006), em estudos sobre cultivos de alto

valor comercial na diversificação da agricultura familiar (baunilha, canela, rambutã e mangostão), entre agricultores japoneses, afirmam que teria existido na região certa tendência em imitar os japoneses e que estes, para salvaguardar seus cultivos — manter a exclusividade —, foram obrigados a escondê-los, o que teria suscitado a retirada de sementes e mudas de forma furtiva das propriedades de japoneses por agricultores e agricultoras locais. A afirmação de Santos et al. (2006) é no mínimo surpreendente, na medida em que os cultivos citados já são conhecidos há algum tempo no Baixo Sul e os frutos comercializados, inclusive, nas feiras livres, o que possibilita o plantio através de sementes. Por outro lado, tal "acusação" poderia incluir também os animais que "furtam" as roças, comem os frutos e disseminam as sementes longe dos limites das propriedades. A pupunheira é ilustrativa do que estamos falando: introduzida na região pelo agricultor suíço Ernst Götsch, hoje seus frutos são fonte de alimento para o Tucano que se encarrega de "plantar" a palmeira muito além dos limites das roças do agricultor suíço, no município de Piraí do Norte.<sup>16</sup>

<sup>16</sup> A declaração é do próprio agrossilvicultor Ernst Götsch, consultor do Projeto Fasama (Fomento ao Desenvolvimento Sustentável sob o enfoque Agroecológico nos Projetos de Assentamentos nos Territórios Extremo Sul, Sul, Litoral Sul e Recôncavo Sul), convênio INCRA/MDA/FUNDESF/UNEB, e foi registrada durante um evento de avaliação, no final de 2007. O Fasama foi financiado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e foi executado pela Universidade do Estado da

Neste ponto das reflexões, é importante lembrar que o estudo realizado por Santos et al. (2006) ficou circunscrito a um universo de três famílias de descendentes de japoneses (uma família em Nilo Peçanha, uma família em Ituberá e uma empresa produtora de canela em Taperoá): um estudo de viabilidade econômica dos cultivos. Pois bem, afora possíveis questionamentos sobre o universo da pesquisa, as conclusões quanto à viabilidade dos cultivos também merecem atenção especial, pois embora as pesquisadoras insistam na compatibilidade das culturas com o cultivo em Sistemas Agroflorestais (SAFS), os dados levantados na pesquisa estão circunscritos ao universo da agricultura convencional, na medida em que as diferentes culturas são estudadas isoladamente como culturas solteiras. Assim, o estudo acaba revelando a tenacidade do pensamento abissal, repetindo o que já foi afirmado anteriormente, que concebe a ciência moderna como única forma de conhecimento válida e rigorosa (Santos, 2007). Decerto, a pesquisa atende a uma performance já esperada no âmbito da Ciência Agrônoma que se intitula moderna, pois o reconhecimento que «os novos cultivos poderiam entrar em diversas combinações com os cultivos já existentes» (Santos et al., 2006: 13) não significou necessariamente a possibili-

---

Bahia com a intermediação da Fundação Juazeirense para do Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Econômico, Sociocultural e Ambiental. Coordenei o projeto entre os anos de 2005 e 2007.

dade de outras formas de experienciar a ciência, ou melhor, «o reconhecimento da diversidade epistemológica do mundo» (Santos, 2007: 86), ou mesmo uma abertura epistemológica para o “plantar misturado” tão presente entre as famílias agricultoras do Baixo Sul.

A abordagem apresentada aqui representa um deslocamento radical das perspectivas que tomam como referência o pioneirismo de agricultores japoneses no desenvolvimento dos sistemas de policultivo do Baixo Sul da Bahia, redimensionando os papéis dos saberes ancestrais africanos e indígenas na agricultura e situando-os em uma perspectiva histórica que confere uma nova profundidade às análises das relações entre seres humanos e as paisagens, em uma região em que mais de 80% da população é preta ou parda e mais de 40% da população total vive no campo, segundo o censo de 2010.<sup>17</sup> Com efeito, os estudos de William Balée das relações dos seres humanos com as paisagens, quando distinguem nas análises, sem os separar, o trabalho de criação cultural e os condicionantes ambientais, permitem recolocar no centro dos debates os saberes ancestrais e as paisagens humanizadas do Baixo Sul, «feitas por povos sofisticados do passado, e úteis de inúmeras maneiras (ainda que de diferentes maneiras) para povos indígenas do presente» (Balée, 2008: 13) e, indo um pouco mais

---

<sup>17</sup> Cf. <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>.

adiante, para agricultores e agricultoras, em sua grande maioria, descendentes de escravizados que, resistindo de maneira ativa, rompem com “concepções abissais de epistemologia” (Santos, 2007: 75). Com acuidade, no mesmo sentido, afirma Willian Balée, «Paisagens são encontros de pessoas e lugares cujas histórias estão impressas na matéria, incluindo matérias vivas» (2008: 11).

Nesse contexto, as “agroflorestas de quase tudo” do Empata Viagem são ainda mais estranhas.<sup>18</sup> Quilombolas, distantes dos japoneses e tendo nos calcanhares as grandes monoculturas de cacau da Região Sul da Bahia, plantam tudo “misturado” e pensam suas roças “misturado” ao criar, como em África, sistemas agroflorestais «que para “não entendidos” pouco se distinguem das florestas originais» (Temudo, 2009: 246), nos quais planta-se o cacau e uma infinidade de espécies frutíferas que fornecem alimentos e medicina aos seres humanos e animais; criam-se árvores da floresta primária destinadas à produção de madeira de boa qualidade utilizada na construção de casas e móveis; além de cultivarem a mandioca e produzirem farinha utilizando as tecnologias agrícolas e de processamento de alimento desenvolvidas pelas populações indígenas. E tudo isso misturado.

Algo surpreendente ocorre também na Região Cacaueira. Se, no Baixo Sul, os japoneses são os inventores dos sistemas de policultivo, o “plantar misturado”, no Sul, região de grandes plantações de cacau, o “macaco” Jupará acabou sendo o principal agente agricultor, responsável pela abertura das primeiras roças.<sup>19</sup> Como afirma um Engenheiro Agrônomo que trabalhou na CEPLAC por mais de duas décadas: «O Jupará plantava o cacau em determinado local, vinha o sol e matava, por isso que os grandes cultivos ficaram nas margens dos grandes rios até o final do século XIX. Os primeiros cacaucultores só colhiam!»<sup>20</sup> Diante do depoimento, há que se atribuir ao Jupará o “cacau de boqueirão”. Consequentemente, toda essa história de “cacau é boqueirão roça de córrego”, presente na tradição oral, ganha um sentido muito especial, distante do fazer humano. Ou seja, como os japoneses do Baixo Sul, os Juparás também roubam a cena nas roças de cacau do Sul da Bahia, mas, dessa vez, como “novidades históricas”, cultuadas, inclusive, pelo corpo técnico da CEPLAC. Pode-se, ainda, identificar o Jupará como um dos personagens centrais daquilo que Mary Ann Mahony denomina Mito dos Desbravadores, mito histórico de origem que conta a história

<sup>18</sup> A expressão “quase tudo” é um termo de uso corrente, utilizado para designar a riqueza das roças, por outro lado, o enunciado “agroflorestal” não é uma categoria nativa. Utilizo o termo para designar sistemas de policultivo.

<sup>19</sup> O Jupará (*Potos flavus*) é um mamífero da família *Procyonidae*, parente dos quatis e guaxinins, também conhecido como Quincajú e macaco-da-noite.

<sup>20</sup> Entrevista concedida no ano de 2015 no âmbito da pesquisa para a Tese de Doutorado, “O quilombo está na Mesa”.

da cultura do cacau no Sul da Bahia (Mahony, 2007). De acordo com a narrativa do mito, os pioneiros da cacauicultura se fizeram por seus próprios esforços, sem lançar mão do trabalho escravo. Sendo assim, é possível concluir que, na ausência de escravizados, os juparás plantaram os primeiros cacauzeiros e «os primeiros cacauicultores só colhiam!»

O que não significa que o jupará tenha apenas contribuído na abertura das primeiras roças, mas que ele foi uma espécie de “inventor do cacau de boqueirão”, ou seja, uma espécie de herói fundador, pois, repetindo os argumentos do Engenheiro Agrônomo, «os primeiros cacauicultores só colhiam!» A pesquisadora Maria Luiza Nora de Andrade, da Universidade Estadual da Santa Cruz (UESC), chega a afirmar que os próprios agrônomos da CEPLAC reconhecem as habilidades do Jupará como plantador de cacau (Andrade, 2004: 57). O “macaquinho” foi, inclusive, homenageado no vídeo institucional comemorativo dos cinquenta anos da CEPLAC, quando o Técnico Agrícola Edésio Moran Cruz lembrou que o jupará se alimenta do cacau, «ele engolia essas sementes e saía distribuindo para outras áreas e os pés de cacau iam nascendo dentro da mata, aí surgiam plantas dentro da mata».<sup>21</sup> Seguindo a mesma trilha, Jesus et al., em dossiê técnico do Instituto Euvaldo Lodi, lembram que o cacau no Sul da Bahia foi «altamente favorecido

por espécies de macacos que ingeriam suas sementes e as disseminavam pela região, aumentando exponencialmente a quantidade de pés férteis» (Jesus et al. 2015: 6). Considerando os argumentos, é possível afirmar que as virtudes do jupará vão além do cacau de boqueirão. Na dimensão espacial, os juparás são, portanto, seres extraordinários. E são essas virtudes que colocam os juparás como os responsáveis também pelo plantio do cacau nas cabruças, sistema de cultivo que predomina em 70% dos 700 000 hectares de cacau cultivados na Bahia (Araújo et al., 1998).

Nessa perspectiva, não há como negar que a atuação do “jupará agricultor” nas roças de cacau é muito mais imaginária, ou seja, pertence ao imaginário regional (Rocha, 2008), do que real. Nas roças de cacau do Sul da Bahia, não são muitas as evidências da presença do “macaquinho”. Na realidade, na grande maioria das roças, inclusive, nas roças mais antigas, percebe-se sempre um planejamento no cultivo do cacau. Nas grandes fazendas, criadas no movimento de expansão iniciado nos primeiros anos do século XX, monoculturas de cacau com a presença de algumas árvores de sombra, distribuídas espacialmente de acordo com as recomendações técnicas.<sup>22</sup> Nas pequenas

<sup>21</sup> <http://www.ceplac.gov.br/videos/video14/> acesso em 08.11.2016.

<sup>22</sup> Em um primeiro momento, orientações técnicas oriundas do Instituto do Cacau da Bahia (ICB), criado no ano de 1931. Em um segundo momento o CEPEC, criado no ano de 1963. Até meados dos anos 1960, a densidade média de árvores por hectare nas roças de cacau era de 76 plantas por hectare. Com o



roças da chamada agricultura familiar, cacauero plantado misturado com as «coisas que não se planta e que só se desfruta» e com as «coisas praticamente nativas que se planta» (Guimarães, 2017: 143). Nas antigas roças de boqueirão, o plantio direto do cacau, com «três sementes em cada cova aberta com a ponta do facão», pode ser observado ainda hoje na presença de conjuntos de duas ou três plantas, sempre juntas, em toda a extensão das roças; e não há como ser diferente, pois as plantas surgiram a partir de duas ou três sementes colocadas em uma mesma cova e, sempre, pelos humanos. No Cacau Cabruca, um cultivo mais ou menos alinhado de acordo com o relevo e com as necessidades de sombreamento do cacau.

Essa história de “plantar misturado” suscita ainda uma última reflexão. Tanto na Região Cacaueira quanto no Baixo Sul, não se trata de escolher entre o “plantar misturado” da ancestralidade negra e indígena e a modernidade das monoculturas da revolução verde. E não se trata de escolher, simplesmente, porque não há muito espaço para escolhas no mundo das *commodities* — que também é o mundo da revolução verde — no qual, indígenas e descendentes de escravizados, ao fim e ao cabo, estão imersos em decorrência das pressões do grande capital, presentes, inclusive, nos programas

---

objetivo de aumentar a produtividade a densidade foi reduzida nos anos seguintes para 25 a 30 plantas por hectare, de acordo com orientações técnicas do CEPEC.

das instituições ou agências governamentais que atuam com pesquisa e desenvolvimento voltados à Agricultura Familiar. No campo das políticas públicas, fala-se muito em nome da “Agricultura Familiar”, mas, de facto, quase sempre beneficia-se o agronegócio, sobretudo de exportação. É possível afirmar ainda que essa exaltação aos japoneses e ao “macaco jupará”, no fundo, surge como uma forma sutil, utilizada para desviar a atenção de uma questão maior e mais importante: o assédio do grande capital que atua sempre no sentido da consolidação do capitalismo no campo. Ou seja, o “plantar misturado” das tradições ancestrais é uma forma de rebeldia, radicalmente diferente da diversificação de cultivos e dos consórcios do projeto monocultural da agricultura comercial de exportação, que está no lado avesso do projeto desenvolvimentista em curso.

## Comentários finais

Chegou a hora de concluir. O que faço recolocando no centro do debate, por um atalho, às roças de quase tudo do saber ancestral indígena e africano: o “plantar misturado”. Talvez motivados pelos êxitos agronômicos alcançados pelos agricultores japoneses, nas pesquisas elencadas aqui, sobre a diversificação de cultivos na agricultura familiar (Matos e Uzêda, s.d.; Olalde, 2005; Olalde et al., 2006; Santos et al., 2006; Silva et al. 2009), os japoneses e seus descendentes te-

nham sido analisados como “nativos” em território alheio. O que dizer, então, da cultura do cacau no Sul da Bahia? Sem os êxitos agrônômicos dos japoneses, coube ao jupará, um personagem eminentemente regional, as honras da casa. Afinal, teria sido o “macaco agricultor” o inventor das tecnologias que permitiram o plantio das primeiras roças de cacau na Bahia. Disso se depreende que os agricultores locais só copiaram o jupará?

No âmbito de um movimento de qualquer forma surpreendente, indígenas, quilombolas e descendentes de escravizados, detentores de sofisticados sistemas de manejo agrícolas, acabaram como “estrangeiros” em seus territórios. Essas pesquisas produzem certo tipo de imagem enredada com o princípio da inércia ao produzir um dado ficcional importante: a imagem de seres sem passado (ancestralidade), sem presente (invisíveis) e sem futuro (fragmentados e dispersos), portanto, fadados à resignação. Nessa perspectiva, tais pesquisas revelam a existência de um abismo nas relações entre a ciência agrônômica — pesquisa, assistência técnica e extensão rural — e as comunidades negras rurais que dificilmente pode ser transposto.

Estamos, assim, diante de um paradoxo muito forte, intrigante e, de certa forma, também desconfortável. Aqui há um grande problema, senão veja-se. De todo modo, por mais laboriosos, perspicazes, inovadores e, inclusive, simpáticos que sejam os japoneses, é difícil de en-

tender esse protagonismo nipônico no “plantar misturado”. Na contracorrente, o marco cronológico da presença dos japoneses na região pode ser considerado um dado importante. De acordo com Elivaldo Souza de Jesus (2015: 19), as primeiras famílias japonesas chegaram ao Baixo Sul no ano de 1953 e se instalaram no Núcleo Colonial de Ituberá, criado pelo Governo Federal para o assentamento de “sertanejos vítimas das secas”. No núcleo foram assentadas inicialmente 188 famílias nordestinas e 10 famílias japonesas. Ainda segundo o mesmo autor, entre os anos de 1953 e 1973, ao todo 27 famílias japonesas foram assentadas na colônia. Essa estratégia de colônias mistas pode ser explicada pelo suposto conhecimento agrícola dos japoneses, capaz de influenciar as famílias brasileiras (Jesus, 2015: 65). Aqui uma possível justificativa da atribuição da invenção do “plantar misturado” aos japoneses. O facto é que as famílias do núcleo colonial (japoneses e nordestinos) introduziram novas e promissoras culturas na região e, orientadas por Engenheiros Agrônomos contratados pelo governo federal, as modernas tecnologias agrícolas da revolução verde. Uma questão relevante é, conforme afirma Elivaldo Souza de Jesus, o facto de as famílias japonesas cultivarem «os produtos que lhe fossem mais rentáveis», adaptando-se «às demandas do mercado, à medida que se afirmavam como grupo caracterizado pelo destemor e pelo pioneirismo» (2015: 194).

Decerto, há uma abismal distância entre “as demandas do mercado”, e o “plantar misturado” da ancestralidade africana e indígena das famílias agricultoras do Baixo Sul e, de todo modo, as “famílias japonesas” do Baixo Sul da Bahia, de maneira geral, planejam suas roças em função das “demandas do mercado”. Essa questão adquire maior expressão paisagística, assim como maior importância agrônômica, no Sul da Bahia, quando entra em cena o “macaco agricultor”. O problema consiste na persistência de um pensamento abissal que impede a “copresença” de saberes, práticas e agentes situados em ambos os lados da “linha abissal”, que perpetua a monocultura da ciência moderna (Santos, 2007) e afasta cada vez mais indivíduos que pensam e expressam-se através de diferentes realidades cognitivas, pois, como afirma Darrell Posey, «para que interpretações mútuas aconteçam, realidades precisam ser compartilhadas» (2001: 280).

## Referências bibliográficas

- Álvares-Afonso, F. M. 2011. *Paulo Alvim: mestre e amigo*. Ilhéus, Bahia, Cepec.
- Anjos, R. S. A. dos. 2004. Cartografia e cultura: os territórios das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. *In: Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, 16–18 de setembro de 2004. [Consultado em 7-9-2012]. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/rafaelsanzio.pdf>.
- Andrade, M. L. N. de. 2004. *Um estudo cultural do cacau com perspectiva para o turismo*. Dissertação de Mestrado em Cultura e Turismo. Universidade Estadual de Santa Cruz/Universidade Federal da Bahia, Ilhéus/Bahia.
- Araújo, M.; Alger, K.; Rocha, R.; Mesquita, C. A. B. 1998. A mata Atlântica do sul da Bahia: situação atual, ações e perspectivas. *Reserva da Biosfera da mata Atlântica — MAB-UNESCO, Caderno 8*. São Paulo, Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.
- Balée, W. 2008. Sobre a indigeneidade das paisagens. *Revista de Arqueologia*, 21(2): 9–23. DOI: 10.24885/sab.v21i2.248.
- Diário Oficial da Bahia*. 2008. Produtor rural troca experiência sobre eucalipto no sul da Bahia. [Online]. Ano XCIII, n.º 19804(9), 23-9-2008. Salvador, Empresa Gráfica da Bahia. [Consultado em 30-1-2018]. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/noticias/2008/09/23/produtor-rural-troca-experi%C3%Aancia-sobre-eucalipto-no-baixo-sul>.
- Fernandes, H. S.; Santana, L. S.; Monteiro, S. S. 2009. Dinâmica das transformações ambientais em área de proteção ambiental do Pratigi, Bahia. *In: Anais do XII Encontro de Geógrafos da América da Latina*, Montevideo, Universidad de la Republica, 3–7 de abril de 2009, 1–15. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Procesosambientales/Impactoambiental/65.pdf>.
- Fischer, F. 2007. *Baixo sul da Bahia. Uma proposta de desenvolvimento territorial*. Sal-

- vador, CIAGS/UFBA. [Consultado em 14-4-2018]. Disponível em: [http://www.veracel.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Livro\\_Baixo\\_Sul.pdf](http://www.veracel.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Livro_Baixo_Sul.pdf).
- Guimarães, E. A. M. 2017. *O Quilombo está na mesa*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Brasil.
- Jesus, E. S. de. 2013. Do Japão à Bahia: tempos, sujeitos e travessias. In: Heinsfeld, A.; Reckziegel, A. L. S.; Machado, I. A. P. (orgs.). *Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional*, Universidade de Passo Fundo, Minas Gerais 24–26 de setembro de 2013.
- Jesus, E. S. de. 2015. *Os Nipo-Baianos de Ituberá: trajetórias, memórias e identidades de imigrantes no baixo-sul da Bahia (1953–1980)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Brasil.
- Jesus, A. R. de; Salvi, E. J. N. R.; Chagas, K. P. S.; Costa, G. R.; Souza, L. G. 2015. *Cultivo do cacau orgânico*. Salvador, Instituto Euvaldo Lodi — IEL/BA. [Consultado em 12-10-2016]. Disponível em: [www.respostatecnica.org.br/dossie-tecnico/downloadsDT/Mjc2OTM=](http://www.respostatecnica.org.br/dossie-tecnico/downloadsDT/Mjc2OTM=).
- Kiuchi, T.; Shireman, B. 2003. *O que a floresta tropical nos ensinou*. São Paulo, Cutrix.
- Lobão, D. É. 2007. *Agroecossistema cacaueiro da Bahia: cacau cabruca e fragmentos florestais na conservação de espécies arbóreas*. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista, Brasil.
- Machado, L. C. P.; Machado Filho, L. C. P. 2014. *Dialética da agroecologia*. São Paulo, Expressão Popular.
- Mahony, M. A. 2007. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacaueira da Bahia. *Cadernos de Ciências Humanas — Especialia*, 10(18): 737–793. Disponível em: [http://www.uesc.br/revistas/especialias/ed18/traducao\\_mahony.pdf](http://www.uesc.br/revistas/especialias/ed18/traducao_mahony.pdf).
- Martins, J. de S. 2013. *O cativo da terra*. 9ª edição. São Paulo, Contexto.
- Matos, E.; Uzêda, M. (s.d.). *Salada sistema agroflorestal diversificado, invenção da agricultura familiar na mata Atlântica da Bahia*. [Online] Embrapa. [Consultado em 7-9-2012]. Disponível em: <http://www.sct.embrapa.br/cdagro/tema04/04tema40.pdf>.
- Mott, L. 2010. *Bahia: inquisição e sociedade*. [Online]. Salvador. EDUFBA. DOI: 10.7476/9788523208905.
- Olalde, A. R. 2005. PRONAF, Sistemas agroflorestais e desenvolvimento sustentável no baixo sul da Bahia. In: *Anais do XLIII Congresso da Sober* [Online], Ribeirão Preto, 24–27 de julho de 2005. [Consultado em 13-2-2014]. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/366.pdf>.
- Olalde, A. R.; Matos, E. N.; Conceição, H. R. 2006. O desenvolvimento de sistemas agroflorestais pelos agricultores familiares no baixo sul da Bahia. In: *VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural*, Quito, 20–24 de novembro de 2006.
- Plano de Desenvolvimento do Território Baixo Sul da Bahia. 2010. [Online]. Brasília, DF, Ministério do Desenvolvimento Agrário.

- [Consultado em 29-1-2018]. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio021.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio021.pdf).
- Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Litoral Sul. 2010. [Online]. Brasília, DF, Ministério do Desenvolvimento Agrário. [Consultado em 29-1-2018]. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio090.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio090.pdf).
- Posey, D. A. 2001. Interpretando e utilizando a "realidade" dos conceitos indígenas: o que é preciso aprender dos nativos? *In: Diegues, A. C.; Moreira, A. de C. (eds.). Espaços e recursos naturais de uso comum.* São Paulo, NUPAUB: 279–294.
- Rosário, M.; Perrucho, T.; Fowler, R. L.; Sales, J. C. 1978. *Cacau história e evolução no Brasil e no Mundo.* Ilhéus, CEPLAC.
- Rocha, L. B. 2008. *A região cacauzeira da Bahia — dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação.* Ilhéus, Editus.
- Santos, A. P. dos; Eloina, N. M.; Alicia, R. O.; Gilca, G. de O. 2006. Cultivos promissores para a diversificação da agricultura familiar do baixo sul da Bahia. *In: Anais do XLIV Congresso SOBER.* Fortaleza, 23–27 de julho. [Online]. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/5/1177.pdf>.
- Santos, B. S. 2007. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos*, 79: 71–94. DOI: 10.1590/S0101-33002007000300004.
- Santos, B. S. 2009. *Una epistemología del sur. La reinención del conocimiento y la emancipación social.* Buenos Aires, Siglo XXI Editores/CLACSO.
- Schmitt, A.; Turatti, C. M.; Carvalho, M. C. P. de. 2002. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente e Sociedade*, 5(10): 129-136. DOI: 10.1590/S1414-753X2002000100008.
- Silva, S. X. de B.; Silveira P.; Fiaes, G.; Viana, T.; Almeida, J.; Silva F. 2009. Sistemas agroflorestais desenvolvidos por agricultores familiares no território do baixo sul da Bahia. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 4(1): 4425–4428. [Consultado em 11-12-2013]. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/5364/3757>.
- Temudo, M. P. 2009. A narrativa da degradação ambiental no sul da Guiné-Bissau: uma desconstrução etnográfica. *Etnográfica*, 13(2): 237–264. DOI: 10.4000/etnografica.1341.
- Vieira, E. S. 2007. *Propagação vegetativa do cupuaçuzeiro por enxertia e estaquia.* Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Brasil.